



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO  
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Francisco Carlos Firmino de Sousa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdevina Félix da Costa Pereira, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16.01.1989
Data de instalação	14.07.1989
Data da última correição	07 a 11.11.2016
Período de correição	06 a 13.11.2017

Aos 06 de novembro de 2017, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, relativos ao período de 07.11.2016 a 05.11.2017, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Editais de Correição nº 025/2017 e 027/2017, publicados no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico do E. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado por correio eletrônico à Secretaria da Vara. O Desembargador Corregedor foi recebido pela Ex<sup>ma</sup> Sra. Juíza Titular da Vara, Herminegilda Leite Machado, pela Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup>. Juíza Substituta fixa Rosivânia Pereira Gomes, pela Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.



Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus, SAOPJE e SUAP, referentes ao período de 1º.10.2016 a 30.09.2017 (12 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Herminegilda Leite Machado	10.07.2001 – ATO TRT GP Nº 100/2001

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Convocação	Protocolo TRT Nº 18538/2016	04.10.2016 a 04.10.2016	1
Capacitação	Ato EJUD 08/2016	05.10.2016 a 08.10.2016	4
Convocação	Protocolo TRT Nº 18538/2016	13.10.2016 a 13.10.2016	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 18746/2016	18.10.2016 a 18.10.2016	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 18746/2016	21.10.2016 a 21.10.2016	1
Convocação	Protocolo TRT Nº 18538/2016	25.10.2016 a 25.10.2016	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 15064/2016	02.11.2016 a 04.11.2016	3
Convocação	Protocolo TRT Nº 21258/2016	10.11.2016 a 10.11.2016	1
Convocação	Protocolo TRT Nº 21258/2016	29.11.2016 a 29.11.2016	1
Licença médica	Protocolo TRT Nº 20413/2016	30.11.2016 a 04.12.2016	5
Convocação	Protocolo TRT Nº 81/2017	06.12.2016 a 06.12.2016	1
Convocação	Protocolo TRT Nº 81/2017	13.12.2016 a 13.12.2016	1
Convocação	Protocolo TRT Nº 81/2017	19.12.2016 a 19.12.2016	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 17379 e 19455/2016	16.01.2017 a 03.02.2017	19
Capacitação	Protocolo TRT Nº 21210/2016	20.02.2017 a 24.02.2017	5
Convocação	Protocolo TRT Nº 4739/2017	08.03.2017 a 08.03.2017	1
Capacitação	Protocolo TRT Nº 3459/2017	22.03.2017 a 24.03.2017	3
Convocação	Protocolo TRT Nº 110/2017	27.03.2017 a 25.05.2017	60
Convocação	Protocolo TRT Nº 4739/2017	28.03.2017 a 28.03.2017	1
Licença médica	Protocolo TRT Nº 7643/2017	30.05.2017 a 08.06.2017	10
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	09.06.2017 a 08.07.2017	30



Compensação	Protocolo TRT Nº 9547/2017	10.07.2017 a 13.07.2017	4
Convocação	Protocolo TRT Nº 10720/2017	18.07.2017 a 19.07.2017	2
Convocação	Protocolo TRT Nº 10720/2017	25.07.2017 a 26.07.2017	2
Convocação	Protocolo TRT Nº 12433/2017	1º.08.2017 a 02.08.2017	2
Convocação	Protocolo TRT Nº 12433/2017	08.08.2017 a 09.08.2017	2
Licença médica	Protocolo TRT Nº 11330/2017	10.08.2017 a 11.08.2017	2
Convocação	Protocolo TRT Nº 12433/2017	17.08.2017 a 17.08.2017	1
Convocação	Protocolo TRT Nº 12433/2017	29.08.2017 a 29.08.2017	1
Convocação	Protocolo TRT Nº 12433/2017	31.08.2017 a 31.08.2017	1
Licença médica	Protocolo TRT Nº 12816/2017	06.09.2017 a 10.09.2017	5

É de se ressaltar que a Magistrada Titular, durante a maior parte do período correicionado, esteve convocada para atuação no segundo grau de jurisdição.

### 1.1.2 Magistrada Substituta fixa

Juíza Substituta fixa	Fixação na Unidade
Rosivânia Pereira Gomes	04.08.2011 – ATO TRT GP Nº 225/2011

### 1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Substituta fixa (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT Nº 24817/2015	03.10.2016 a 1º.11.2016	30
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/2016	13.03.2017 a 11.04.2017	30

### 1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

### 1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **14** servidores:



Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Amélia Weronika Braga de Lucena	Técnico Judiciário - Assistente III	12.12.1990
Antônio Carlos Bessa	Técnico Judiciário - Assistente IV	17.12.1996
Everaldo Lemos Alves	Técnico Judiciário - Assistente de Diretor	05.05.1993
Francisco de Assis Oliveira da Silva	Técnico Judiciário - Assistente V	17.09.1991
Glaucy Veríssimo Maciel	Analista Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	1º.10.2014
João Marcos Esmeraldo Albuquerque	Técnico Judiciário	02.02.2015
Maria Aparecida de Moraes Duarte	Técnico Judiciário - Assistente II	12.12.1990
Pedro Henrique Beserra Galvão	Técnico Judiciário - Assistente IV	02.02.2015
Reginaldo da Silva Pereira	Técnico Judiciário - Assistente III	07.06.2013
Renata Guedes Pereira de Lima Ramalho	Técnico Judiciário - Assistente III	15.05.2015
Rosângela de Souza Marinho	Técnico Judiciário - Assistente IV	04.06.2002
Sandra Campos de Assis	Técnico Judiciário - Diretora de Secretaria	15.07.2001
Vanini Melo de Arruda	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Titular	08.03.2002
Vicente Pessoa de Brito Filho	Técnico Judiciário - Assistente IV	07.01.2013
Mariana Dantas de Oliveira	Estagiária	02.05.2017

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual nos Sistemas SUAP e Pje, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em **30.09.2017**, um acervo processual de **3.724** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	2.214
Fase de liquidação	226
Fase de execução	1.214
Cartas precatórias e de ordem	70

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

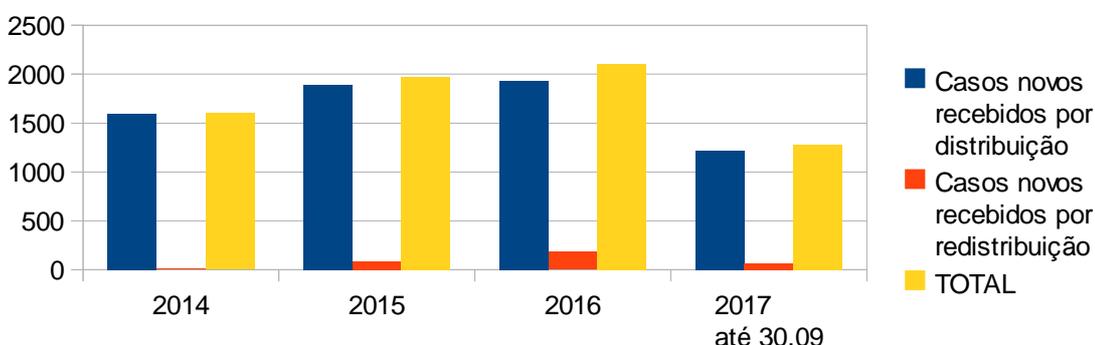
#### 2.1.1 Casos novos

Em relação ao último triênio, a Unidade Judiciária apresenta a seguinte movimentação processual:



Item	2014	2015	2016	2017 até 30.09
Casos novos recebidos por distribuição	1.592	1.888	1.928	1.218
Casos novos recebidos por redistribuição	8	86	181	63
<b>TOTAL</b>	<b>1.600</b>	<b>1.974</b>	<b>2.109</b>	<b>1.281</b>

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2014, **37**; em 2015, **582**; em 2016, **652** e até 30.09.2017, **469** processos.



### 2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	2017 até 30.09.17
Aguardando a 1ª sessão de audiência	193	273	264	190
Aguardando o encerramento da instrução	360	555	577	461
Aguardando a prolação de sentença	53	141	129	176
<b>Total</b>	<b>606</b>	<b>969</b>	<b>970</b>	<b>827</b>

### 2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.



Item	2014	2015	2016	2017 (até 30.09)	Variação (%)		
					2014/2015	2015/2016	2016/2017
Fase de conhecimento	1.480	1.400	2.142	2.214	-5,40%	53,00%	3,36%
Fase de liquidação	1	2	92	226	100,00%	4600,00%	145,65%
Fase de execução	1.033	1.190	1.185	1.214	15,19%	-0,42%	4,72%

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE

#### 3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira, e, às sextas-feiras, quando a Juíza Titular está atuando na Unidade.

As últimas audiências agendadas em processos dos ritos sumaríssimo e ordinário foram:

Rito Sumaríssimo	15.12.2017	RTSum 0001539-14.2017.5.13.0003
Rito Ordinário	07.12.2017	RTOrd 0001541-81.2017.5.13.0003
Audiência de Instrução	11.04.2018	RTOrd 0001222-16.2017.5.13.0003

#### 3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

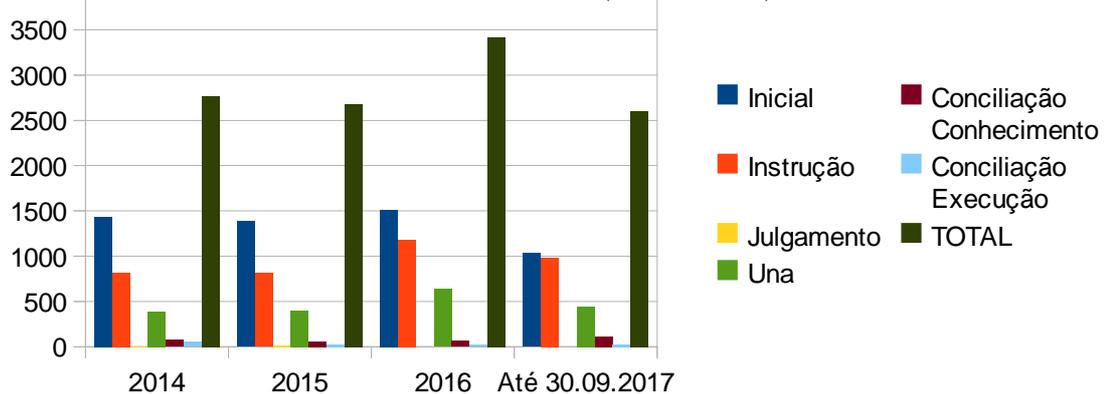
A Unidade apresenta pendência de 02 processos a incluir em pauta: RTOrd 0001489-85.2017.5.13.0003 e RTOrd 0001588-55.2017.5.13.0003.



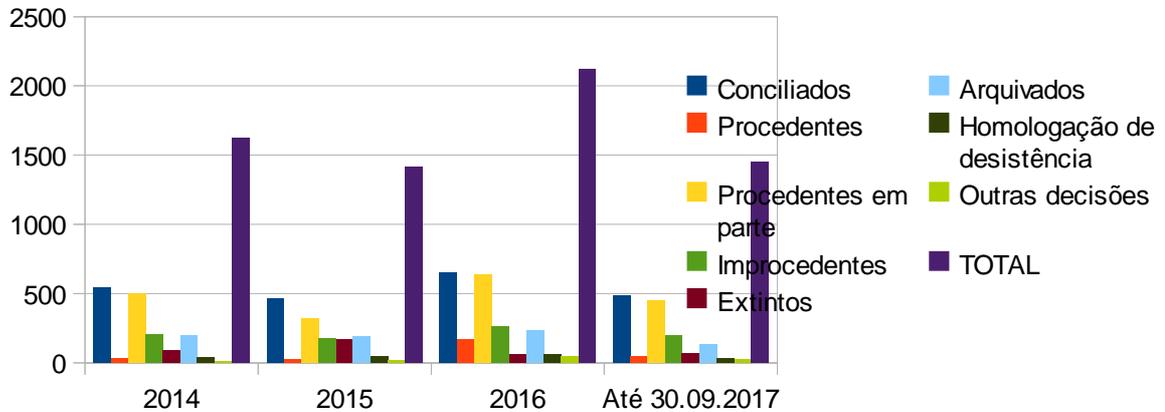
### 3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	Até 30.09.2017
Inicial	1.436	1.384	1.516	1.033
Instrução	818	812	1.184	987
Julgamento	3	11	-	-
Una	386	397	636	445
Conciliação Conhecimento	72	56	61	110
Conciliação Execução	50	22	18	25
<b>TOTAL</b>	<b>2.765</b>	<b>2.682</b>	<b>3.415</b>	<b>2.600</b>

### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

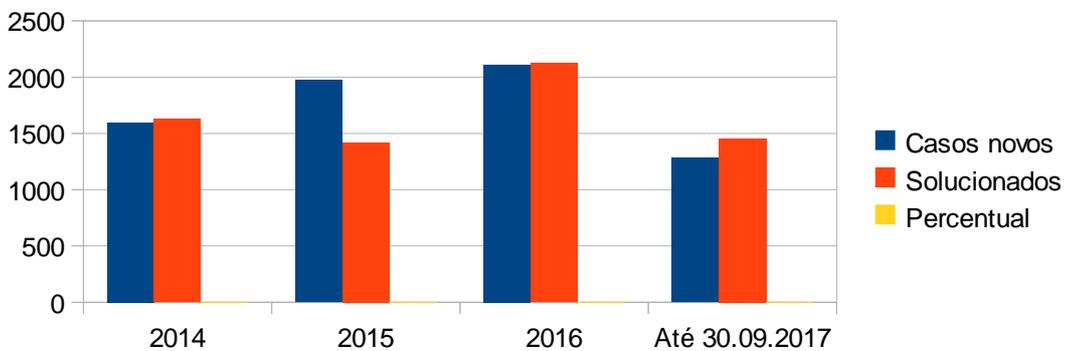


Item	2014	2015	2016	Até 30.09.2017
Conciliados	547	468	650	486
Procedentes	30	26	170	50
Procedentes em parte	504	322	634	448
Improcedentes	207	174	265	202
Extintos	93	169	59	69
Arquivados	198	192	237	137
Homologação de desistência	39	48	62	36
Outras decisões	10	20	47	25
<b>TOTAL</b>	<b>1.628</b>	<b>1.419</b>	<b>2.124</b>	<b>1.453</b>



### 3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	Até 30.09.2017
Casos novos	1.600	1.974	2.109	1.281
Solucionados	1.628	1.419	2.124	1.453
<b>Percentual</b>	<b>101,75%</b>	<b>71,88%</b>	<b>100,71%</b>	<b>113,42%</b>



### 3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 30.09.2017
Solucionados	1.628	1.419	2.124	1.453
Conciliados	547	468	650	486
<b>Percentual</b>	<b>33,59%</b>	<b>32,98%</b>	<b>30,60%</b>	<b>33,44%</b>





Xavier de Andrade Filho	-	-	7	1	-	-	-	-	-	8
George Falcão Coelho Paiva	-	-	7	6	-	-	-	-	-	13
José Guilherme Marques Júnior	6	-	5	5	1	-	7	-	-	24
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Luiz Antônio Magalhães	34	2	26	8	-	-	10	-	1	81
Renata Maria Miranda Santos	5	-	9	2	-	-	-	-	-	16

No período correicionado, a Juíza Titular laborou 207 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,86 processos/dia. A Juíza substituta laborou 285 dias, com média de produção de 3,1 processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar a média de produção.

### 3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Herminegilda Leite Machado	101	178	9	66	-	8	362
Rosivânia Pereira Gomes	64	58	-	7	-	2	131
Aércio Pereira de Lima Filho	3	-	-	-	-	-	3
Albérico Viana Bezerra	6	-	-	-	-	-	6
Ana Beatriz Fernandes Gondim	8	3	-	-	-	-	11
Ana Paula Cabral Campos	1	-	-	-	-	-	1
Flávia Roberta F. C. Assunção	7	1	-	-	-	-	8



Flávio Londres da Nóbrega	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
Francisca Poliana Assistóteles Rocha de Sá	12	1	-	-	-	-	<b>13</b>
Francisco Xavier de Andrade Filho	2	-	-	-	-	-	<b>2</b>
George Falcão Coelho Paiva	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
José Guilherme Marques Júnior	2	-	-	-	-	-	<b>2</b>
Luiz Antônio Magalhães	4	-	-	-	-	-	<b>4</b>
Renata Maria Miranda Santos	3	-	-	-	-	-	<b>3</b>

### 3.3.2 Produtividade da magistrada titular – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

<b>HERMINEGILDA LEITE MACHADO</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>				
Realizadas	Inicial		479	
	Instrução		288	
	Julgamento		-	
	Una		149	
	<b>Total</b>		<b>916</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		37
		Fase de execução		9
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>962</b>	

### 3.3.3 Produtividade da magistrada substituta fixa – audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

<b>ROSIVÂNIA PEREIRA GOMES</b>		
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>		
Realizadas	Inicial	688
	Instrução	497



	Julgamento			-
	Una			207
	<b>Total</b>			<b>1.392</b>
	Conciliação	Fase de conhecimento	41	
		Fase de execução	12	
	<b>Total de audiências realizadas</b>			<b>1.445</b>

### 3.4 Índice de congestionamento

#### 3.4.1 Fase de conhecimento (Fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de conhecimento baixados	926	1.176	1.790
Casos novos de conhecimento	1.592	1.738	1.928
Casos pendentes de conhecimento	1.480	1.453	1.379
Taxa de congestionamento	<b>70%</b>	<b>65%</b>	<b>46%</b>

#### 3.4.2 Fase de execução (Fonte: TRT13 em números)

Item	2014	2015	2016
Processos de execução baixados	536	311	313
Casos novos de execução	449	329	267
Casos pendentes de execução	1.033	1.190	910
Taxa de congestionamento	<b>64%</b>	<b>80%</b>	<b>73%</b>

### 3.5 Incidentes Processuais (Fonte: e-Gestão)

Item		2014	2015	2016	2017 até 30.09
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	220	132	219	173
	Baixados	181	155	189	183
	<b>Pendentes</b>	<b>50</b>	<b>26</b>	<b>54</b>	<b>37</b>
<b>Antecipação de tutela</b>	Recebidos	146	218	428	211
	Baixados	118	164	416	229
	<b>Pendentes</b>	<b>32</b>	<b>47</b>	<b>81</b>	<b>33</b>
<b>Impugnação à sentença de</b>	Recebidos	26	13	10	10
	Baixados	18	15	10	6



<b>liquidação</b>	<b>Pendentes</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>9</b>
<b>Embargos à execução</b>	Recebidos	71	82	72	31
	Baixados	56	63	76	36
	<b>Pendentes</b>	<b>27</b>	<b>42</b>	<b>29</b>	<b>17</b>
<b>Embargos à arrematação</b>	Recebidos	1	-	-	-
	Baixados	1	-	-	-
	<b>Pendentes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Exceções de pré-executividade</b>	Recebidos	15	16	11	7
	Baixados	10	18	8	8
	<b>Pendentes</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

A Unidade correicionada apresentou, após a extração dos dados do e-Gestão, números atualizados que comprovam grande redução no quantitativo de incidentes pendentes.

### 3.6 Recursos interpostos

<b>PERÍODO: 1º a 30.09.2017</b>					
<b>Item</b>	<b>Novos</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Não recebidos</b>	<b>Baixados</b>	<b>Pendentes</b>
Recurso ordinário	54	43	1	-	<b>99</b>
Recurso adesivo	2	1	-	-	<b>20</b>
Agravo de petição	5	4	-	-	<b>6</b>
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>48</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>125</b>

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

### 3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

<b>Item</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b> <small>(até 30.09.17)</small>
Execuções pendentes	917	881	1.065	993
Execuções iniciadas	449	328	266	335
Recebidos de outros Órgãos	-	1	1	9
Execuções encerradas	455	251	313	254
Remetidos a outros Órgãos	-	14	6	8
Processos arquivados provisoriamente	131	113	58	15
<b>Total de processos pendentes de execução</b>	<b>881</b>	<b>1.065</b>	<b>993</b>	<b>1.047</b>



### 3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016	2017 até 30.09.17
Recebidas	219	180	140	97
Devolvidas	248	173	115	100
Pendentes de devolução	54	69	96	70

## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2014	2015	2016
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	38,98	56,29	56,07
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	44,64	69,75	61,71
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	34,93	16,85	26,02
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	98,06	73,31	124,59
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	63,56	64	78,29
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	132,01	125,17	175,57
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	14,15	18,41	32,93
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	0,17	12,29	56,66
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	72,55	72,44	90,07
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	144,52	128,11	198,25



#### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2016: 90** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **207** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **176** dias para os dois ritos.

O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é superior ao desempenho verificado no ano de **2015**, que foi de **96** dias para o rito sumaríssimo e de **128** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **110** dias para os dois ritos.

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	-	-	46,75
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	-	-	41,46

#### 4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2014	2015	2016
Do início até o encerramento da execução – ente privado	614,16	571,21	945,17
Do início ao encerramento da execução – ente público	726,07	552,62	757,50

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2016**, temos: **1.219** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **856** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **922** dias.



No exercício de **2015**, o tempo médio foi de **880** dias para o rito sumaríssimo e **470** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **569** dias para os dois ritos.

## 5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)

VALORES PAGOS (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 30.09.17
Acordo	SUAP (legado)	4.584.518,30	1.104.667,12	-	-
	PJe	-	1.622.563,06	2.384.385,75	4.539.148,82
Espontâneo	SUAP (legado)	2.348.166,79	3.337.997,03	1.310.015,50	905.721,26
	PJe	-	26.549,14	276.184,01	890.289,46
Execução	SUAP (legado)	2.211.577,00	2.539.958,56	2.055.345,35	1.679.731,50
	PJe	-	20.181,84	169.453,44	791.656,00
<b>TOTAL</b>		<b>9.144.262,09</b>	<b>8.651.916,75</b>	<b>6.195.384,05</b>	<b>8.806.547,04</b>
ARRECADAÇÕES (R\$)					
Item	Sistema	2014	2015	2016	2017 até 30.09.17
Custas processuais	<b>SUAP (legado)</b>	296.625,11	145.833,57	165.945,54	10.690,24
	<b>PJe</b>	-	15.024,96	34.697,50	61.753,41
Emolumentos	<b>SUAP (legado)</b>	3.003,98	112,09	-	-
	<b>PJe</b>	-	-	355,55	-
Contribuição previdenciária	<b>SUAP (legado)</b>	1.216.334,04	946.978,32	608.282,15	237.060,88
	<b>PJe</b>	-	57.775,48	126.158,01	343.195,26
Imposto de Renda	<b>SUAP (legado)</b>	26.290,52	3.903,04	71.505,98	2.002,57
	<b>PJe</b>	-	-	194,57	239,01
<b>TOTAL</b>		<b>1.542.253,65</b>	<b>1.169.627,46</b>	<b>1.007.139,30</b>	<b>654.941,37</b>
<b>Custas processuais dispensadas</b>	SUAP (legado)	286.996,88	333.205,27	40.820,42	8.420,00
	PJe	11.811,11	323.769,69	603.776,40	461.516,06
<b>TOTAL</b>		<b>298.807,99</b>	<b>656.974,96</b>	<b>644.596,82</b>	<b>469.936,06</b>



## 6 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

### 6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	175
	PJe	350
	<b>TOTAL</b>	<b>525</b>
INFOJUD	SUAP	197
	Pje	14
	<b>TOTAL</b>	<b>211</b>
RENAJUD	SUAP	253
	Pje	15
	<b>TOTAL</b>	<b>268</b>
BNDT	Processos com registro de dados	308
	Processos com inclusão de devedor	156
	Processos com exclusão de devedor	148
	Processos com devedores inscritos	706
	<b>TOTAL</b>	<b>1.318</b>

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro dos principais atos processuais praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

## 7 DOS PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### 7.1 Processos analisados

Foram analisados **130** processos por amostragem, dos quais **30** tramitam no sistema SUAP e **100** no PJe, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **50** despachos correicionais em processos do PJe e **19** em processos do SUAP.



Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

## 7.2 Gestão dos Sistemas Processuais

### 7.2.1 Panorama SUAP

Protocolos pendentes de apreciação	87
Guias não liberadas ou recepcionadas	46
Processos com tramitação há mais de 40 dias	11*

\* 0078600-58.2011.5.13.0003, 0116800-34.2011.5.13.0004, 0121800-47.2013.5.13.0003, 0040400-74.2014.5.13.0003, 0052100-47.2014.5.13.0003, 0079700-43.2014.5.13.0003, 0098100-08.2014.5.13.0003, 0100200-33.2014.5.13.0003, 0117700-15.2014.5.13.0003, 0156100-98.2014.5.13.0003, 0101000-52.2014.5.13.0006

### 7.2.2 Panorama PJe

#### 7.2.2.1 Agrupadores:

Agrupador	Quantidade	Processo mais antigo no agrupador
Processos com Pagamento	4	RTOrd 0131832-43.2015.5.13.0003 entrada em 23.10.2017
Processo com Segredo de Justiça não apreciado	1	ET 0001315-76.2017.5.13.0003 entrada em 23.09.2017
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	71	RTOrd 0130518-62.2015.5.13.0003 entrada em 01.04.2015
Processos com Petições Avulsas	5	RTOrd 0001821-86.2016.5.13.0003 entrada em 13.10.2017
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	3	Todos com entrada em 07.11.2017
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	83	RTOrd 0000275-59.2017.5.13.0003 entrada em 08.03.2017
Processos com petições não apreciadas	66	RTOrd 0001821-86.2016.5.13.0003 entrada em 11.10.2017
Processos com audiências não designadas	2*	RTOrd 0001489-85.2017.5.13.0003 entrada em 31.10.2017



\* o agrupador também sinaliza audiência não designada no processo 0001394-55.2017.5.13.0003, muito embora já extinto e arquivado.

### 7.2.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de Conhecimento	23	RTOOrd 0000699-38.2016.5.13.0003 - entrada em 03.11.2017
Análise de Liquidação	3	Todos com entrada em 07.11.2017
Análise de Execução	19	ExProvAS 0001165-17.2017.5.13.0029 – entrada em 04.10.2017

### 7.2.2.3 Demais fluxos (por amostragem)

#### - Caixa “Aguardando audiência”

RTOOrd 0131928-58.2015.5.13.0003	extinto sem resolução do mérito desde 11.02.2016
ConPag 0000012-61.2016.5.13.0003	consignação em pagamento com liberação de valores desde março/2016, sem julgamento e sem qualquer resultado da audiência designada para 03.03.2017
RTOOrd 0000039-44.2016.5.13.0003	homologada a desistência desde 26.02.2016
RTSum 0000726-21.2016.5.13.0003	audiência designada para 12.07.2016 sem qualquer resultado

#### - Caixa “Cumprimento de providências”

Constatou a Corregedoria Regional a existência de subcaixa “Gabinete. Liquidação de sentença. Fase de Conhecimento”, na qual se encontram **40\*** processos conclusos para julgamento que foram convertidos em diligência para elaboração da conta, cujo prazo legal para prolação de sentença já expirou.

\*0001051-59.2017.5.13.0003, 0000516-33.2017.5.13.0003, 0000509-41.2017.5.13.0003, 0002128-40.2016.5.13.0003,  
0001503-06.2016.5.13.0003, 0000073-82.2017.5.13.0003, 0000634-09.2017.5.13.0003, 0000787-36.2017.5.13.0005,  
0001460-69.2016.5.13.0003, 0001889-36.2016.5.13.0003, 0001520-42.2016.5.13.0003, 0002076-44.2016.5.13.0003,  
0001651-17.2016.5.13.0003, 0000121-41.2017.5.13.0003, 0000517-18.2017.5.13.0003, 0001897-13.2016.5.13.0003,  
0001882-44.2016.5.13.0003, 0001726-56.2016.5.13.0003, 0000153-83.2016.5.13.0002, 0001830-48.2016.5.13.0003,



0001820-04.2016.5.13.0003, 0000366-52.2017.5.13.0003, 0001205-77.2017.5.13.0003, 0000345-76.2017.5.13.0003,  
0001204-92.2017.5.13.0003, 0000724-17.2017.5.13.0003, 0000843-75.2017.5.13.0003, 0000122-26.2017.5.13.0003,  
0001452-92.2016.5.13.0003, 0000686-39.2016.5.13.0003, 0001541-18.2016.5.13.0003, 0000703-75.2016.5.13.0003,  
0000785-72.2017.5.13.0003, 0000665-63.2016.5.13.0003, 0001584-52.2016.5.13.0003, 0000117-04.2017.5.13.0003,  
0001780-22.2016.5.13.0003, 0001956-98.2016.5.13.0003, 0000054-76.2017.5.13.0003, 0000418-48.2017.5.13.0003

Também foi identificada a subcaixa “Liquidação” com 9 processos aguardando liquidação de sentença, dentre os quais o processo RTOrd 0001833-03.2016.5.13.0003 com Recurso Ordinário pendente de apreciação desde 04.10.2017.

#### - Caixa “Aguardando pagamento”

RTOrd 0000342-24.2017.5.13.0003	Não houve lançamento na movimentação processual das parcelas pagas
RTOrd 0000332-77.2017.5.13.0003	Não houve lançamento das parcelas com vencimento em junho, julho, agosto, setembro e outubro
RTOrd 0001142-52.2017.5.13.0003	Não houve lançamento das parcelas com vencimento em setembro e outubro

#### - Caixas diversas

RTOrd 0130018-30.2014.5.13.0003	minutar expediente de secretaria - desde 01.08.2017
RTOrd 0000211-49.2017.5.13.0003	Embargos de declaração opostos em 13.06.2017 pendente de julgamento
RTOrd 0130375-73.2015.5.13.0003	Preparar comunicação – Secretaria - pendente desde 10.10.2017
ExProvAS 0000800-75.2016.5.13.0003	Pendente de elaboração de cálculos desde 22.03.2017
RTSum 0001500-51.2016.5.13.0003	Paralisado desde 07.07.2017 na pendência de recolhimento de custas e contribuições previdenciária
RTOrd 0001371-46.2016.5.13.0003	Pendente de elaboração de cálculos desde maio/2017 e com petição pendente de apreciação desde junho/2017
RTOrd 0130419-92.2015.5.13.0003	Paralisado na caixa Iniciar liquidação desde 02.08.2017
RTOrd 0130419-92.2015.5.13.0003	Processo paralisado desde setembro com depósito recursal disponível
RTOrd 0131240-96.2015.5.13.0003	Com decisão pendente de cumprimento



	desde 23.01.2017
--	------------------

## 8 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

### Meta 1/2016 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>103%</b>
Unidade Correicionada	<b>104%</b>

### Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –

Unidades de primeiro grau do TRT	<b>110%</b>
Unidade Correicionada	<b>115%</b>

Para efeito de controle da **Meta 1/2017** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **1.218** casos novos (por distribuição) e **1.402** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **115%**.

### Meta 2/17 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>96%</b>
Percentual de julgamento da Vara correicionada calculado sobre 90% dos processos distribuídos e não solucionados até 31.12.2015	<b>97%</b>

### Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais

IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>95%</b>
Unidade Correicionada	<b>90%</b>



<b>Meta 5/2016 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>88%</b>
Unidade Correicionada	<b>134%</b>

<b>Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>69%</b>
Unidade Correicionada	<b>67%</b>

## **9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE**

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, realinhado em abril/2017, com vistas ao biênio 2017/2018.

## **10 RECOMENDAÇÕES**

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

### **Aos Juízes:**

#### **1 Recomendações gerais:**

- a) determinem, permanentemente, **por decisão**, a ordem de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, de acordo com o estabelecido no art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- b) adotem a prática de determinar por decisão, do tipo “Determinado o bloqueio ou a penhora *on line*”, quando da necessidade de utilização dos sistemas de consulta;



- c) adotem a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- d) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela Instrução Normativa nº 39/2016 do TST, art. 6º;
- e) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- f) incrementem o uso dos sistemas eletrônicos, de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução, bem assim aumentar o índice da Meta 5/2017 do CNJ;
- g) abstenham-se de determinar o arquivamento provisório mediante “decisão de sobrestamento por execução frustrada”, a exemplo do procedimento adotado no processo RTSum 0131260-87.2015.5.13.0003, porque adotado esse procedimento, o fluxo do PJe não permitirá, via normal, o arquivamento provisório do feito, o que impacta no cumprimento da Meta 05 do CNJ;
- h) observem as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013, no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico **sentencas.dsst@mte.gov.br** do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico **insalubridade@tst.jus.br**, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização.

## **2 Recomendações específicas:**

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;
- b) procedam, **no prazo de 48 horas**, à publicação das sentenças, **na forma ilíquida**, daqueles 40 processos convertidos em diligência dado o atraso verificado no setor de cálculos e em observância ao art. 5º, LXXVIII da CF e art. 6º do CPC;



c) adotem a prática de determinar o arquivamento definitivo daqueles processos que foram julgados improcedentes e aguardam, tão somente, o pagamento dos honorários periciais já em processamento no E. TRT da 13ª Região, como ocorrido no processo RTOrd 0131127-45.2015.5.13.0003, porque o pagamento dar-se-á diretamente na conta do perito;

d) adotem a praxe de determinar o arquivamento provisório daqueles processos cujo crédito foi habilitado em outro, como ocorrido no processo RTOrd 0130969-87.2015.5.13.0003 (crédito habilitado na reclamação 0131383-19.2015.5.13.0025), ou em caso de acumulação de execuções.

### **Ao Diretor de Secretaria**

#### **1 Recomendações gerais:**

a) monitore os relatórios fornecidos pelo e-Gestão e Hórus, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;

b) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) continue a motivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo CPC, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados, a exemplo do processo RTSum 0001947-39.2016.5.13.0003: despacho em 21.06.2017, notificado para pagar em 02.08.2017 e a atualização dos cálculos para prosseguimento só se deu em 20.10.2017;

d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;

e) adote a praxe de monitorar, no sistema PJe-JT, os agrupadores e as tarefas “Análise de Conhecimento”, “Análise de liquidação” e “Análise de Execução”, objetivando mantê-las sem processos e subpastas, em razão da sua natureza transitória, dando prosseguimento de imediato ao feito;

f) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.



## **2 Recomendações específicas:**

- a) implemente rotina de trabalho para que, nos processos do PJe, quando da protocolização dos incidentes processuais (recursos, embargos, agravos), seja observado o tipo de documento indicado pela parte, para proceder à alteração, se for o caso, de forma a evitar o ocorrido no processo 0001888-51.2016.5.13.0003, no qual o recurso ordinário foi apontado em tipo de documento como “petição outras” e, assim sendo, não será contabilizado estatisticamente;
- b) melhor diligencie junto aos processos com execução iniciada para lançamento de evento próprio - “iniciada a execução trabalhista/previdenciária”, conforme o caso - evitando o ocorrido nos processos 0000857-93.2016.5.13.0003 e 0000575-55.2016.5.13.0003 os quais continuam a impactar o prazo da liquidação porque não receberam o referido evento tão logo determinada a prática de atos executórios;
- d) diligencie junto às petições, pendentes de apreciação e juntada no SUAP, para imediata conclusão ao juiz;
- e) adote a praxe de realizar consulta, via internet, a cada 90 dias, à movimentação processual das cartas precatórias expedidas, evitando o ocorrido no processo RTOrd 0130879-79.2015.5.13.0003;
- f) providencie o imediato impulsionamento dos processos SUAP que se encontram sem tramitação há mais de 40 dias;
- g) proceda ao imediato e adequado tratamento àqueles processos relacionados em item 7.2.2.3.

### **Aos servidores da Vara:**

#### **1 Recomendações gerais:**

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) observem, logo após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT, o fluxo processual seguinte: “Registrar no BNDT – Exec”.

#### **2 Recomendações específicas:**



- a) dispensem mais atenção ao registro, na movimentação processual, dos pagamentos efetuados,
- b) dispensem maior atenção às determinações constantes de ata de audiência, de forma a evitar o ocorrido no processo 0000604-71.2017.5.13.0003 que detém determinação sem cumprimento desde 07.06.2017.

## 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou o Desembargador Corregedor que a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa se encontra funcionando regularmente, mediante adoção de medidas que buscam acelerar a prestação jurisdicional e alcançar os objetivos de fundamental importância para o plano estratégico institucional, o que é claramente evidenciado pelo índice alcançado na Meta 1/2016 e 2017 - **104%** e **115%**, respectivamente.

O Corregedor registra que, não obstante o índice de conciliação alcançado no período correicionado (**31,04%**) seja inferior ao registrado na correição anterior (**33,17%**), encontra-se na média do Regional que oscila entre 30% e 35%. Assim, recomenda a adoção de medidas mais efetivas voltadas à pacificação dos conflitos, para que, ao final deste exercício, a Unidade possa elevar o índice da Meta 3 do CNJ que ora se apresenta na ordem de **90%**.

Constatou o Desembargador Corregedor que a Vara apresentou um pequeno aumento no quantitativo de processos que tramitam na execução, de **1.030** na correição anterior para **1.047** no atual período, como também no tempo médio de duração do processo de execução (do início da fase ao encerramento da execução), de **569** dias no ano de 2015 para **922** dias no exercício de 2016, motivo pelo qual exorta os integrantes da Vara correicionada a canalizarem maiores esforços na busca da solução dos processos nessa fase, a fim de assegurar, no final deste exercício, o cumprimento da Meta 5/2017 do CNJ, por ora na ordem de **67%**.

Chama a atenção para o tempo de duração do processo na fase de conhecimento, uma vez que a Unidade registra aumento do tempo médio do ajuizamento à prolação da sentença de **110** dias, no ano de 2015, para **176** no exercício de 2016.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor ressalta, na oportunidade, que a busca da otimização das rotinas procedimentais garantirá a celeridade processual, objetivo precípua desta Justiça Especializada.



## **12 VISITA CORRECIONAL**

O Desembargador Corregedor visitou a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, oportunidade em que se reuniu com as Magistradas, Titular e Substituta fixa, e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços.

## **13 AGRADECIMENTOS**

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece à Juíza Titular, Herminegilda Leite Machado, à Juíza Substituta fixa, Rosivânia Pereira Gomes, à Diretora de Secretaria, Sandra Campos de Assis, e aos servidores: Amélia Weronika Braga de Lucena, Antônio Carlos Bessa, Everaldo Lemos Alves, Francisco de Assis Oliveira da Silva, Glaucy Veríssimo Maciel, João Marcos Esmeraldo Albuquerque, Maria Aparecida de Moraes Duarte, Pedro Henrique Beserra Galvão, Reginaldo da Silva Pereira, Renata Guedes Pereira de Lima Ramalho, Rosângela de Souza Marinho, Vanini Melo de Arruda, Vicente Pessoa de Brito Filho e a estagiária Mariana Dantas de Oliveira, pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.

## **14 ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa fixado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.



---

João Pessoa, 13 de novembro de 2017.

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**  
**Desembargador Corregedor**